



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital	Reservas Reavaliação	Lucros Legal	Resultados Retenção	Patrimônio Dividendos	Acumulados	Abrangentes	Líquido
Saldo em 31 de dez/2022	1.061.005	93.386	105.933	725.191	356.948	0	(325.001)	2.017.463
Aumento de Capital	725.191							0
Lucro Líquido do Exercício						450.774		450.774
Constituição de reservas			22.539	321.636		(344.175)		0
Realização de Reserva de Reavaliação		(460)				460		0
Dividendos Pagos					(356.948)			(356.948)
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(107.059)		(107.059)
Outros Resultados Abrangentes							(68.012)	(68.012)
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	0	(393.013)	1.936.218
Lucro Líquido do Exercício						685.156		685.156
Dividendos Adicionais requeridos				(149.882)				(149.882)
Constituição de reservas			34.258	261.179		(295.437)		0
Realização de Reserva de Reavaliação		(2.049)				2.049		0
Dividendos e JCP Creditados						(163.236)		(163.236)
Dividendos Adicionais propostos					228.532	(228.532)		0
Outros Resultados Abrangentes							419.644	419.644
Saldo em 31 de dez/2024	1.786.196	90.877	162.730	432.933	228.532	0	26.631	2.727.899

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

O SERPRO completou seis décadas em 2024 transformando tecnologia em pontes, aproximando pessoas e encurtando distâncias, promovendo inclusão e inovação. A empresa está em constante processo de renovação e atualização diante dos desafios. Com uma trajetória de grandes realizações e grande sucesso, foi pioneiro e passou por todas as fases da digitalização do país. Nas décadas de 60 e 70, com os primeiros computadores; na década de 80, com os computadores pessoais; nas décadas de 80 e 90, com as primeiras comunicações em rede e aparecimento dos telefones celulares; e nos anos 2000, com o surgimento dos smartphones. Em 2020, um grande aparato tecnológico está à disposição para sustentar o governo federal e para sustentar, também, na empresa, as aplicações e os clientes tanto públicos quanto privados.

Atualmente é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade superior e acessíveis a qualquer hora e lugar, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

O SERPRO encerrou 2024 com um resultado histórico, consolidando-se como referência em inteligência e tecnologia para o governo digital. Com um lucro líquido recorde de R\$ 685 milhões, a empresa registrou um crescimento de 52% em relação ao ano anterior, impulsionado pela expansão da carteira de clientes, otimização de custos e inovação nas soluções tecnológicas. Os números refletem a maturidade da estratégia corporativa, que busca ampliar a participação no mercado de tecnologia para governos sem perder o compromisso com a sustentabilidade econômico-financeira.

Assim, o SERPRO reafirma seu papel como peça fundamental na digitalização do setor público brasileiro.

Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2024, encerrado em 31 de dezembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 05 de fevereiro de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no exercício. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 R1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciamento em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas a períodos anteriores podem ser reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, se não afetar a tomada de decisão empresarial para a administração. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas. Sempre que houver tal expediente, será apresentado nas notas explicativas.

Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as notas explicativas sobre PECLD, Depreciação/Amortização, Provisões Judiciais e Administrativas, Benefícios a Empregados e Impostos Diferidos.

Principais eventos com impacto no resultado em 2024

Imunidade Tributária e Encontro de Contas

Desde 2019, os benefícios obtidos com a imunidade tributária recíproca aplicada ao ISS, ao PIS-PASEP e à COFINS, tributos incidentes sobre as receitas de prestação de serviços, foram registrados contabilmente como passivo de modo a atender eventual necessidade de recolhimento aos fiscos nos casos de decisões provisórias obtidas por antecipação de tutela, ou, devolver valores aos clientes nos casos de reconhecimento administrativo definitivo ou de decisão judicial transitada em julgado. Com o êxito das decisões e com a redução de risco observada junto aos fiscos, no exercício de 2023,

os valores provisionados foram reclassificados para obrigações administrativas junto a clientes.

Conforme intenção declarada na nota explicativa 27.2.4 do exercício 2023, a Administração adotou ao longo de 2024 a estratégia de negociação específica dos saldos com cada cliente, levando em consideração tanto a regularização de valores a receber junto a cada órgão, bem como a garantia de continuidade de prestação de serviços no exercício, haja vista o cenário de restrição orçamentário enfrentado por alguns destes clientes. Tal movimentação gerou uma redução de R\$ 535 milhões do valor do passivo, utilizado como encontro de contas conforme abaixo:

Cliente	Desconto em serviços correntes	Recuperação de valores em aberto	Total
RFB	421.359	19.022	440.381
PGFN	23.833	19.230	43.063
MGI	0	51.435	51.435
Total	445.192	89.687	534.879

Situação da Imunidade Tributária

Desde que o Serpro obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Originária nº 2.658, em abril de 2018, esta empresa pública federal vem implementando gradativamente os efeitos do reconhecimento da imunidade tributária recíproca junto aos Fiscos Federal, Estadual e Municipal.

Com o objetivo de mitigar riscos tributários e perda financeira relacionados, o Serpro iniciou o processo de implementação da imunidade tributária de forma cautelosa e conservadora, buscando, como primeira alternativa, o envio de comunicação administrativa ao Fisco. Somente após o indeferimento do pedido de reconhecimento administrativo da imunidade tributária, ou diante de sua ausência em manifestar-se, é que o Serpro buscou a via judicial para o pleito.

Atualmente a imunidade tributária do Serpro encontra-se na seguinte situação:

Decisão	Fisco envolvido
Judicial - Transitado em Julgado	Fisco Municipal: Brasília, Porto Alegre (IPTU), Florianópolis, Belém, Maceió, Macapá, Curitiba e Recife.
Judicial - Antecipação de Tutela	Fisco Municipal: Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Vitória, Aracaju, Boa Vista, Cuiabá, Manaus, Palmas e Porto Velho.
Administrativa - Decisão Definitiva	Fisco Federal: Receita Federal do Brasil (passível de comprovação de requisitos, SC 301/2023). Fisco Estadual: Rio Grande do Sul. Fisco Municipal: Porto Alegre (ISS), Campo Grande, Goiânia, Natal e Rio Branco.
Administrativa - Decisão Provisória	Fisco Municipal: São Paulo.
Aguardando decisão (Imunidade não implementada)	Fisco Estadual: São Paulo, Mato Grosso e Bahia. Fisco Municipal: João Pessoa, São Luiz e Teresina.

Políticas contábeis e correção de erros

Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária.

Dividendos e Juros sobre capital próprio

Em março de 2024 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos mínimos relacionados ao encerramento do exercício de 2023, no montante de R\$ 107,1 milhões. Estes valores sofreram correção pela SELIC até a data do seu pagamento, cujo valor atualizado foi de R\$ 109,4 milhões.

Em 9 abril de 2024, posteriormente ao período encerrado e antes da data de autorização para emissão das demonstrações, ocorreu o pagamento de dividendos adicionais a pedido do acionista, no importe de R\$ 149,9 milhões (atualizado até a data do pagamento, o valor foi de R\$ 154,2 milhões). Dessa forma, a distribuição do dividendo do exercício de 2023 atingiu 60% do lucro líquido ajustado.

No encerramento do exercício de 2024 foi registrado como parte da proposta de Destinação do Resultado, o valor de R\$ 163,2 milhões que representa a remuneração mínima obrigatória ao acionista (25% do lucro ajustado).

A critério de informação adicional, o montante total a ser destinado ao acionista é de R\$ 391,8 milhões, considerando os dividendos mínimos obrigatório e os dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 228,5 milhões.

Patrimônio líquido

Dividendos e Destinação

Os dividendos mínimos para 2024 totalizaram R\$ 163,2 milhões, enquanto os adicionais somam R\$ 228,5 milhões, cuja memória e demais informações da Destinação do resultado constam no quadro a seguir.

Descrição	2024	2023
(a) Lucro Líquido do Exercício (LLE)	685.156	450.774
(b) Absorção dos prejuízos [art189]	-	-
(c) Participação estatutária [art190]	-	-
(d) LLE após Participações Estatutárias = (a)+(b)+(c)	685.156	450.774
(e) Reserva Legal = (d) x 5% [art193]	34.257	22.540
(f) Realização da Reserva de Reavaliação (Política de Dividendos)	2.049	-
(g) Ajustes de Exercícios Anteriores (AEA)	-	-
(h) LLE Ajustado após Res. Legal, Realiz. Res. Reav. e AEA = (d) - (e) + (f) +/- (g)	652.948	428.234
(i) JCP/ Dividendos Mínimos obrigatórios (h) x 25%	163.237	107.059
(...) Realização da Reserva de Reavaliação*	0	460
(j) Saldo Remanescente a distribuir = (h) - (i)	489.711	321.635
(k) Reserva de Dividendos Adicionais Propostos	228.532	-
(l) Reserva de Retenção de Lucros	261.179	321.635

*Realização da Reserva de Reavaliação foi realocada em 2024 para impactar a base de cálculo dos dividendos.

Resultado do exercício

Descrição	Dez/24	Dez/23
Receita Bruta	4.458.139	3.805.343
(-) Deduções	(532.428)	(590.325)
Receita operacional líquida	3.925.711	3.215.018
Custo dos serviços prestados	(2.261.507)	(1.828.004)
Lucro bruto	1.664.204	1.387.014
Despesas operacionais	(1.053.039)	(1.006.619)
Resultado financeiro	183.993	246.641
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	795.158	627.036
Tributos sobre o lucro	(110.002)	(176.262)
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	685.156	450.774

O resultado líquido de R\$ 685,2 milhões é maior em cerca de R\$ 234,4 milhões, ou seja, 52,0% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo do crescimento da Receita em ritmo superior ao dos gastos. Enquanto a Receita Líquida apresentou crescimento de R\$ 710,7 milhões (22,11%), o Gasto Total apresentou crescimento da ordem de R\$ 479,9 milhões, 16,9%. O Resultado Financeiro contribuiu positivamente para o resultado do período apresentado, mas R\$ 62,6 milhões reduzido em relação ao ano anterior (-25,4%).

Alexandre Gonçalves de Amorim
Diretor-Presidente
Diretor de Negócios Econômico-Fazendários - Substituto

Alexandre Brandão Henriques Maimoni
Diretor Jurídico, de Gestão e Riscos

Osmar Quirino da Silva
Diretor de Administração e Finanças

Vitor Patrocínio Sacramento
Contador – CRC MG-098786/O-3

André Picoli Agatte
Diretor de Negócios, Governos e Mercados

Wilton Itaguara Gonçalves Mota
Diretor de Operações

Ermes Ferreira Costa Neto
Diretor de Pessoas